

FRONTEIRAS E TRANSIÇÕES NO ESPAÇO TEXTUAL DOS PRIMEIROS ANOS DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS

Fernanda M. Menéndez

Corria o mês de Dezembro de 1779 quando D. Maria I, por Aviso Régio, criou oficialmente a Academia Real das Sciencias de Lisboa, diz-se que a instâncias de seu primo, D. João de Bragança, Duque de Lafões. Além deste influente fundador, contam-se, entre os primeiros sócios efectivos, nomes ligados a uma nova postura que se afirmava com vontade de mudar a face da cultura portuguesa. São exemplo disso, o Visconde de Barbacena, o Abade Correia da Serra, o Dr. Domingos Vandelli, o Padre Teodoro de Almeida e o Padre Francisco de Foios, entre outros.

O ponto de partida para a actividade da Academia das Sciencias era, aparentemente, o traçar de uma linha de fronteira com práticas proteccionistas regalistas face à cultura e à economia, protecционismo em que a censura a vários níveis, mas sobretudo no campo editorial, era praticada pela Real Mesa Censória. No entanto, esta viria apenas a ser reformada em 1887, passando a designar-se Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e a Censura dos Livros, que continuou em grande parte a acção anterior. A essa vontade de mudança não era estranho o facto da maioria dos sócios fundadores ter estado, em algum ponto do seu percurso intelectual, silenciado por Pombal, uns por se encontrarem no exílio, outros por se encontrarem sob a alçada

directa de Carvalho e Melo. Estão no primeiro caso o próprio D. João de Bragança e praticamente todos os oratorianos, e no segundo António Pereira de Figueiredo. A vontade de “iluminar” o reino e de trilhar novos caminhos no campo intelectual, surge nos textos das *Memórias* que a Academia suscitou, premiou, ou a que deu publicação nas suas colecções. A transição estabelece-se, assim, por meio do espírito de mudança que se depreende da constituição do corpus discursivo produzido pelos vários opositores aos concursos promovidos pela Academia, entendida como instituição ideologicamente causadora e controladora de actividades discursivas. No seu âmbito, analisam-se questões determinantes para o conhecimento do estado da nação nas várias «Memórias» de Economia, como a origem dos morgadios, os problemas agrícolas e a circulação mercantil. Promovem-se edições de textos antigos numa busca da identidade nacional. Publicam-se trabalhos sobre botânica. Eleva-se a língua pátria com o estudo das suas características, surgindo, por exemplo, o projecto de um moderno Dicionário do português, de que infelizmente, como se sabe, só saiu o primeiro volume.

Neste vasto corpus discursivo, destaco o conjunto produzido no âmbito da Classe das Bellas-Letras, em especial as obras que, pela sua temática de reflexão sobre a língua portuguesa, classifiquei como “filológicas”, mas a que poderia chamar, numa linha mais próxima do espírito da Academia, obras filosóficas. Recorde-se que, na segunda metade de Setecentos, a “filosofia” abrangia todos os domínios do saber subordinados à razão, por ela ser considerada a característica principal do Homem. Daí também aparecer, a par de “filosófico”, o termo “razoado”.

De facto, a designação «filosófica» surge, a propósito de gramática, na *Acta da Assembleia Particular* da Academia de 7 de Junho de 1780, como tema de trabalho a prémio para o ano seguinte, sendo da responsabilidade da Classe das Bellas Letras. A utilização da expressão «gramática filosófica» constitui um marco a ter em conta na evolução do pensamento português, e é certamente o seu primeiro registo. Amadeu TORRES 1996, ao fazer uma edição fac-similada da *Gramática Filosofica* de Bernardo de Lima e Mello Bacelar, publicada em 1783, diz nas notas de apresentação que é Mello Bacelar o primeiro a usá-la. Mas a *Acta* de 1780 vem mostrar que a designação entrou na comunidade discursiva portuguesa pela porta da Academia três anos antes. E sendo um tema posto a concurso, motivou, por parte da

comunidade que dele teve notícia, a realização de um pequeno núcleo de gramáticas intituladas «filosóficas» em resposta a esse desafio. Porém, e em relação ao tema propriamente dito, não se pode considerar uma inovação completa. Já antes, o Padre Teodoro de Almeida abordava várias questões sobre a linguagem, na sua obra «Recreações Filosóficas», sobretudo no volume dedicado à Lógica, questões que de algum modo perpassam pelas gramáticas anónimas assim intituladas.

Foram cinco as obras apresentadas a concurso, sem que nenhuma delas tivesse sido considerada digna de ser publicada. Permanecem hoje manuscritas e anónimas no espólio da Academia.

Entre esses trabalhos encontra-se o *Plano para uma Gramática Filosófica da Língua Portuguesa*, cuja primeira parte é um bom exemplo de um discurso elaborado num clima de transição ideológica, em que as novas tendências se vêm interligar à tradição. Na divisão da «Gramática» perpassa claramente a influência do artigo de Beauzée na *Encyclopédie* com o mesmo tema. Escreveu o Autor do *Plano*

Divide-se a Grammatica em Universal e Particular: huma e outra tam-bem se divide em Lexicologia e em Sintaxe.

A Lexicologia tem por objecto tudo aquillo que pertence ao conheci-mento das palavras consideradas em si só e separadas da compoziçam da oraçam. A Sintaxe pello contrario tem por objecto tudo o que diz respeito ao concurso das palavras unidas na compoziçam da oraçam.

p. 133v

É assim privilegiada uma divisão da Gramática em duas áreas que o Autor considera mais importantes:

1. a que estuda tudo o que diz respeito às palavras consideradas em si, a que chama Lexicologia, mas que abrange igualmente uma parte da Morfologia;

2. a que estuda tudo que diz respeito à composição da oração, a que chama Sintaxe, pretendendo assim abranger quer a flexão quer a combinação das palavras em unidades a que chama «oração coherente», logo, correctamente falada.

O *Plano* apresenta, pois, uma concepção da complementaridade da sintaxe e da flexão, por um lado, da flexão e da estrutura das palavras, por outro. Esta tentativa de resolver o problema da divisão gramatical, deixando deliberadamente de lado as considerações ligadas à Prosódia e à Ortografia, é um dos aspectos em que o corpus discursivo

académico mostra a fronteira deliberada com o passado, abordando de forma arrojada, para o universo discursivo português, questões importantes sobre a reflexão linguística. A sua importância reside na adopção de teorias na linha de du Marsais e de Beausée, mas emprestando-lhes um cunho próprio. Reside também na escolha de problemas a que podemos chamar “modernos”, dado que ainda hoje preocupa teorizadores e linguistas como Lyons e Chomsky.

Exemplo claro desta nova postura, é a forma como o Plano comenta a necessidade de estudar as palavras integradas num todo:

73. Mas as palavras, ainda que já constituídas, ou sam insufficientes, ou podem redundar ou t(rair) no desempenho daquellas intenções. Cada huma das palavras por si só não he sufficiente para declarar qualquer pensamento; algumas ainda podem não bastar; muntas fazem confusão; todas he coisa impraticavel.(...)

74. Logo que falta ás palavras para poderem dar hum verdadeiro retrato dos pensamentos? A ordem, a connexão, a uniam, em huma palavra, a composição.

A preocupação com a conexão, notória a cada passo, tendo em vista o significado total que se pretende transmitir, demonstra a consideração da interdependência entre a gramaticalidade e as possibilidades significativas de um todo correctamente pensado e transmitido. Trata-se de uma gramática baseada no primado do «todo discursivo», na importância dada à ordem e composição das partes, e só posteriormente às partes em si. Segundo o Autor, «se os pensamentos correrem sem justidade, também a locução hade aparecer com erros» (p. 132), e isto porque a gramaticalidade não surge apenas no momento da locução física, ela já deve ter existido na locução mental. De facto, «esta locução Mental interna não produz somente as ideias correspondentes às palavras; ella tambem se occupa em a imagem espiritual de toda a oração.»

A «imagem espiritual», as palavras como correspondentes de «ideias», revelam o Autor consciente de que a linguagem é uma representação de representações:

O Principal intento de qualquer grammatica por muito filosófica que ella seja, deve ser a pureza e justidade daquella lingua, que a si propoz para ensinar e para dirigir: assim he que ella deve tratar dos pensamentos, mas só como prototypos que só podem ser conhecidos pellas imagens das palavras.

p. 132

Mas o aspecto inovador não é imediatamente posto em realce. Primeiro, com a expressão «por muito filosofica que ella seja», o Autor destaca a «pureza e a justidade» da língua, retomando os tópicos anteriores ao espaço discursivo académico, só em seguida mostrando a influência nítida da corrente condillaquiiana quando refere os vários aspectos representativos que estão em jogo no acto de usar a língua:

Sam pois os pensamentos como o objecto e o prototypo das palavras; mas como os pensamentos por força levam consigo as coisas, que nelles se representam, ellas devem tambem entrar no objecto das palavras.

Quando hum homem falla com outro, este o escuta e attende ouvindo o que elle diz, sem que no entanto forme conceito algum nos seus pensamentos, assim como bellamente o forma das coisas, que elle lhe communica: logo as coisas são o que as palavras annunciam; aindaque tambem os pensamentos, mediate vel immediate.

Plano, p. 134.

Deste modo, a teoria do Autor do *Plano* traça decisivamente uma linha de fronteira com o interdiscurso restrito dos homens cultos portugueses, ao assumir no seu discurso uma filiação ideológica nova face à transição do Pombalismo que se vivia ainda em 1781 (trata-se, recorde-se, da data que o *Plano* ostenta junto ao título). E assume-a, nomeadamente, através da citação de Autores ligados ao movimento enciclopedista

Os Pensamentos sam como huma lingua interna commua a todas as naçoens; tambem os sons articulados, as palavras, a lingua, etc., sam coisas usuaes e a todos os homens concedidas postoque de muntas differenças.

Esta he a Definiçam, que Mr. Douchet e Beausée professores de lingua francesa na escola real militar dam a esta palavra. Estes dois homens sam os que déram à Encyclopedia o articulo *Grammatica* depois da morte de Mr. Marsais.

p. 132

Além de mostrar a actualização bibliográfica, o Autor realça tópicos ligados aos universais de linguagem, num arrojo que talvez o censor interno da Academia encarregue de apreciar os trabalhos a concurso (neste caso o Padre Joaquim de Foios) aparentemente não apreciou, uma vez que não aprovou o trabalho.

Outro aspecto inovador é, no meu entender, o esboçar de uma teoria enunciativa que se prende com o pendor logicista das fontes deste Plano. Diz o Autor:

Oraçam e discurso gramatical são a mesma coisa e se devem igualmente definir *A Enunciação do pensamento pella palavra*.

A oraçam sendo huma composiçam grammatical formada por palavras como duas partes pode ser considerada por duas faces; porquanto ella se considera como conforma aos pensamentos que annuncia, ella deve dizer-se discurso ou propozição; mas se ella se contempla (por) hum artefacto vocal, cujas partes se combinam, e a sua concordância, entam se deve chamar oraçam(& 76)

«A Enunciação do pensamento pella palavra» é, neste excerto, a expressão a que o Autor dá maior relevo, quer utilizando as marcas de delimitação de enunciado através da maiúscula com que grafa o artigo definido, quer através da que grafa o próprio termo «enunciação». Mas também por um sublinhado que acompanha toda a sequência. Recordo que se trata de um manuscrito. Ao longo dele o sublinhado é utilizado escassamente, em geral como marca metalinguística, mas aqui com uma clara intenção metadiscursiva de dar realce à própria enunciação.

A diferença entre as duas faces da enunciação que apresenta, reiteradas pelas distinções entre «discurso» ou «proposição» e «oração», invoca novamente uma divisão entre – o pensamento – a sua representação mental – a sua representação física.

A escolha entre «se considera» e «se contempla» é igualmente motivada pela consciência da impossibilidade de apreender a realidade do pensamento do Outro. Ao «contemplar» a face física (o artefacto vocal), o receptor só pode «considerar» tecer suposições sobre o que o enunciador pretende dizer. É retomada aqui a lição de Locke, em que ele fala da

unavoidable difficulties of speech, which is not capable, (...) of conveying the sense and intension of the speaker, without any manner of doubt and uncertainty, to the hearer.

Essay, 3.9.22-3

É certamente a dificuldade de apreender o verdadeiro significado que leva ao confronto de teorias linguísticas diferenciadas no espaço discursivo textual da Academia, onde se confrontam duas linhas bem distintas, uma seguindo o pensamento filológico “tradicional”, outra o pensamento filológico/filosófico.

O pensamento filológico tradicional apresenta uma transição do período pós-barroco que, em termos linguísticos se fez, como é sabido, através de uma busca da propriedade das palavras para se atingir uma pureza de elocução e, conseqüentemente, da língua. O pensamento filológico /filosófico segue, como já vimos, um caminho inverso, procurando partir da locução mental para o estudo da palavra, mas tendo em consideração que esta não tem um significado único, a não ser quando se encontra integrada num todo coerente. E é justamente aqui que a fronteira não chegou a ser discursivamente fechada. E não o foi, certamente, por pressão da comunidade discursiva que consubstancia a própria existência do corpus em questão.

Mas outros textos deste núcleo recusado são igualmente testemunho do desejo de mudança, concomitantemente com as dificuldades em traçar uma linha de fronteira com o interdiscurso gramatical anterior. A *Grammatica Filozofica da Lingua Portuguesa*, igualmente um manuscrito inédito deste espólio da Academia das Sciencias, exhibe, por exemplo, no «Livro 3º», após um 1º capítulo que se intitula «Dos principios, e regras particulares da Grammatica Filosofica da Lingua Portuguesa», um 2º intitulado «Da Natureza, origem, invenção, uso, e Significação das palavras, de que se compoem qualquer Discurso como (partes) essenciais da nossa Lingua» e um 3º «Da Natureza, applicação, e differentes especies de Artigos, e Particulas, de que usa a Lingua Portuguesa, e suas Declinaçoens», etc. Ou seja, como se pode constatar, a mesma obra apresenta uma brusca transição entre o reclamar-se «filosófica», o estudo das palavras como partes do discurso e o aspecto da gramática tradicional de raiz latina quanto à adaptação das declinações ao português.

E assim, se por um lado se encontra o exercício da reflexão filosófica a propósito da linguagem e das línguas em geral, em relação à língua portuguesa são retomados os temas tradicionais, nomeadamente a questão da declinação dos nomes, bem como a análise individual de palavras isoladas. Também aqui se nota a diferença entre o tradicional modo de analisar (na linha prescritiva de um Francisco José Freire) e a moderna prática lexicográfica patente no «Dicionário» da Academia, com o registo de numerosas ocorrências para cada item tratado.

É só com o passar dos anos que os discursos que utilizam a citação de Autores polémicos como elementos autorizadores para o traçado de uma fronteira com práticas discursivas anteriores são aceites, reconhecidos, e mesmo premiados pela Academia. De facto, a tentati-

va de enquadrar a transição num compromisso admitido pelos vários intervenientes no processo discursivo académico nota-se igualmente nos Autores mais “modernos” do final do século, nomeadamente no modo como realizam a citação das suas fontes. Reencontramos por exemplo Locke, o mesmo rejeitado alguns anos por Pereira de Figueiredo no âmbito da sua acção na Real Mesa Censória, a influenciar de modo muito claro a análise que António das Neves Pereira faz na sua Memória «Ensaio sobre a Filologia Portuguesa ...», ao enumerar as «causas da decadência da língua portuguesa», apontando os abusos e os erros dos escritores, a analogia errónea e o mau uso, nomeadamente quando são empregues, sem propriedade e sem clareza, arcaísmos, neologismos e estrangeirismos.

De facto, Locke, no Livro 3 do seu *Ensaio sobre o Entendimento Humano*, trata dos defeitos da língua e seus remédios. Sem o citar, Neves Pereira mostra, no entanto, a sua leitura. Mas mesmo sendo um leitor de Locke, Condillac e du Marsais, Neves Pereira não deixa de mostrar a transição da teoria gramatical, não negando os contributos da tradição latina, antes usando-os para implicitamente levar o seu auditório, a comunidade discursiva onde se situava, e a comunidade discursiva alargada que o poderia ler, a aderir às ideias que apresentava, como se pode constatar do seguinte excerto, onde defende um equilíbrio entre a Analogia e o Uso:

Porque tanto a Analogia como o Uso nas Lingoas caminham ao mesmo fim, e ambos seguem regularmente a metafysica das Lingoas accomodando várias fórmulas de palavras á analyse das idéas e ás suas diferentes modificações. Do que se póde inferir, que em muitos casos são pura pedanteria as guerras, que armão os Filologos entre si, huns defendendo a Analogia contra o Uso, outros o Uso contra a Analogia, como Varrão observou entre os latinos, e depois d'elle Quintiliano.

Cont. do *Ensaio Critico*, p. 345

E é misturando assim as suas fontes, mas citando aqui no texto só as inócuas (as outras cita-as em notas de rodapé na versão impressa), que Neves Pereira apresenta a transição do pensamento filológico para o filosófico. Estratégia discursiva bem sucedida já que, ao contrário do que aconteceu com o *Plano* e a *Gramática Filosóficos* atrás citados, o *Ensaio Critico* foi lido em público e em sessão pública premiado. E pelas informações que recolhi nas *Actas* das sessões da Academia, as «Memórias» eram numa primeira fase apresentadas por escrito, sem

menção do nome do Autor, que deveria acompanhar o seu texto em envelope fechado, e que só era conhecido se a Memória passasse na censura interna da instituição. Para ser lido, premiado e publicado, António das Neves Pereira apresentou as suas ideias inovadoras, inspiradas nas leituras de uma vastíssima bibliografia (a que certamente teve acesso na Biblioteca oratoriana das Necessidades, e através dos contactos na Academia), de um modo perfeitamente aceitável perante os académicos efectivos. Não é por acaso que Leite de Vasconcelos o considerava talvez o mais brilhante filólogo do século XVIII. É que, de facto, Neves Pereira fazia as suas escolhas de uma forma ponderada. No excerto a seguir citado, ele refere em discreta nota de rodapé la Bruyère, o autor de uma afirmação polémica que transcreve, enquanto que menciona o nome de Condillac no interior do discurso quando a declaração se refere a um assunto perfeitamente aceite pelos membros da sua comunidade discursiva restrita, como era a necessidade de haver uma «autoridade» de referência baseada na obra dos autores clássicos

A Authoridade pelo que respeita ás lingoa, envolve a idéa dos usos que fizerão os escritores, dos vocabulos e frases da lingoa, em que escreverão; e mais huma idéa do crédito e acceitação, que se deve ao merecimento dos mesmos escritores a respeito da escolha e applicação que fizerão dos termos nacionaes, segundo a sua propriedade. (...) Chamão-se authores classicos aquelles que por consentimento universal dos prudentes julgadores obtiverão maior estimação e sequito; aquelles cujas obras, como nota hum bom Filosofo a) [e cita em nota o nome de la Bruyère], não entrão no numero das que, se lhes tirarmos o aviso ao leitor, a carta dedicatoria, o prefacio, o index, e as approvações, apenas ficão as paginas bastantes para merecer o nome de livro. Os authores classicos são aqueles de quem diz Condillac que vem e sentem de huma maneira que lhes he propria.

Com. *Do Ensaio Critico*, MLAC, Tomo V, pp.152-252

A citação dos nomes dos autores estrangeiros ligados ao Iluminismo constitui o aspecto mais claro da fronteira discursiva claramente expressa. Da paráfrase das ideias mais aceitáveis à menção dos autores vai um passo importante, que mostra como a transição demorou algum tempo a poder efectivar-se. Isto é, discursivamente houve um período mais ou menos longo, durante o qual o interdiscurso se foi progressivamente enriquecendo com contributos estrangeiros, e mes-

mo nacionais, período esse que constituiu uma fase de transição para o momento de fronteira discursiva em que os responsáveis por determinados discursos podiam ser mencionados, sem acarretar prejuízos para os enunciadores citantes. É nitidamente o caso de Francisco Dias na Memória «Analyse e combinações filosóficas, sobre a elocução, e estilo de Sá de Miranda, Ferreira, Bernardes, Caminha, e Camões...» que, apresentada à Academia, foi «coroada na Sessão Pública de Maio de 1792»

Na execução deste tão trabalhoso argumento me conduzi, segundo as luzes, que pude adquirir na lição de Aristóteles, Cícero, Quintiliano, Longino, e muito mais na de Locke, Condillac, du Marsais, e em especial na do sobre todos sábio Commentario, que o grande Voltaire fez às Obras de Pedro Corneille, onde se vem as regras do gosto na sua maior elevação.

Todas estas materias são novas em Portugal, e por consequencia não tive a quem seguir:

MLAC, Tomo VI, pp. 26-305

Francisco Dias começa por realçar o seu trabalho enfatizando o modo como o executou, tendo logo de seguida o cuidado de o demarcar em termos de interdiscurso, numa gradação da evocação dos autores que considera serem os mais aceitáveis pelo conjunto dos seus interlocutores, até à dos mais polémicos, dando ênfase especial a Voltaire, que ele sabia certamente ser um dos mais controversos pensadores, e o mais censurado autor estrangeiro em Portugal no tempo da Real Mesa Censória. Porém, tendo a RMC sido reformada em 1787, em 1792 já era possível assumir de forma clara a fronteira discursiva com as práticas institucionais censórias, não apenas através da citação encomiástica de Voltaire, mas pela afirmação da novidade que o próprio trabalho de análise de textos literários constituía.

Conclusão

Dentro do espaço discursivo constituído no âmbito da acção da Academia Real das Sciencias de Lisboa durante os seus primeiros dez anos verifica-se, pois, a transição de uma prática discursiva ideologicamente condicionada por valores nacionais conservadores em choque com uma vontade de seguir influências estrangeiras, de as apropriar e tornar elementos constantes do interdiscurso corrente. É essa vontade

que, ao ser incorporada nas produções apresentadas à Academia, dá a medida do modo como as linhas de fronteira eram assumidas pelos Autores de transição. Dos primeiros anos em que a inclusão dessas fronteiras discursivas por citação dos nomes «revolucionários» era motivo de silenciamento, passa-se para uma época em que essa menção é, não só aceite, como ainda anunciada na abertura de discursos que acabaram por ser premiados.

Pode dizer-se, sem grande arrojo, que a transição de mentalidades ficou ideologicamente marcada por fronteiras discursivas nos trabalhos da Academia. Resta verificar se essa fronteira não ficou exactamente por aí, encerrada num corpus discursivo, mas se serviu ela própria de transição para a produção discursiva do século seguinte.

Fontes:

Actas das Sessões da Academia de Sciencias de Lisboa. 1780 –1784. BACL
Grammatica Filozofica da Lingua Portuguesa, Composta e organizada segundo o Espirito e Plano da Illustre Academia das Sciencias de Lisboa. BACL – Ms. Azul 353, nº 6, [1781]

Memórias da Literatura Portuguesa da Academia Real das Sciencias de Lisboa. 1792 –1793, vv. IV e V

Plano da Grammatica Filosofica da Lingua Portuguesa. BACL – Ms. Azul 353, nº3, 1781

Bibliografia

- AUROUX, S. 1979. *La Sémiotique des Encyclopédistes*. Paris: Payot
AUROUX, S. 1992. «Le développement de la grammaire occidentale» *Histoire des Idées Linguistiques*, Tome II, Liège, Mardaga
BEASÉE, N. «Grammaire» ed. in AUROUX, S. 1973. *L'Encyclopédie. «Grammaire» et «Langue» au XVIIIe Siècle*. Paris. Mame
CULIOLI, A. 1990. *Pour une linguistique de l'énonciation: opérations et représentations*, Paris, Ophrys
LOCKE, J. Extractos do Livro III de *An Essay Concerning Human Understanding* in YOLTON, J. ed. 1977. *The Locke Reader*. Cambridge: UP
LYONS, J. 1990. *Semantics II*. Cambridge: UP (1ªed.1977)
MAINGUENEAU, D. 1991. *L'Analyse du Discours: introduction aux lectures d'archive*. Paris, Hachette.